



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1198/2023

Processo nº 2023-XDCFL – GEAF/NEGEP
Pregão nº 558/2023

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96**, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente pelo **SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE**, o **Srº. JOSÉ TADEU MARINO**, portador da Carteira de Identidade **RG nº 411267 – SPTC -ES** e inscrito no **CPF sob o nº 558.091.977 - 87**, designado pelo Decreto Estadual nº 011-S, de 02/01/2023 e publicado no DIO de 03/01/2023, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO**, PARA **REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS**, conforme Processo nº 2023-XDCFL, sob Pregão nº. 558/2023 RESOLVE registrar os preços da Empresa: **LB COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA** - inscrita no **(CNPJ: 39.347.074/0001-34)**, com sede na Avenida Henrique Moscoso – nº 717 - Loja 16 - Centro De Vila Velha Edifício: Vila Velha Center – Es - Cep: 29.100-021, por intermédio de seu representante legal o **Srº. LUCIANO DE ALCANTARA BERGAMI**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no **CPF: 031.539.767-59** e identidade **RG: 1.042.141 expedida pela SSP/ES - E-MAIL: lucianoabergami@gmail.com – Telefone: 55 (27) 99952-9533**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no **Anexo I** do Edital.
- 1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:
- (a) **Anexo A** – Especificação dos preços;
 - (b) **Anexo B** – Minuta de Ordem de Fornecimento;
 - (c) o Edital e todos os seus Anexos;
 - (d) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

- 2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão incluídas todas as despesas inerentes à compra.
- 2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.
- 2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:
- 3.1.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - 3.1.2 - frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

3.1.3 - convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 - ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise dos órgãos de controle, nos termos da legislação correspondente.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

4.1.1.3 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.3 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$M = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.4 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.5 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.6 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

Estadual 2.583/1971.

5.7 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até **10** dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1 - A entrega do objeto do contrato dar-se-á no prazo máximo de **20 (VINTE) dias corridos** após a emissão da Ordem de Fornecimento.

9.2 - O produto será entregue em dias úteis, no seguinte endereço:

SESA: Almoxarifado de Medicamentos da SESA, na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 - Bento Ferreira - CEP: 29050-625 em dias úteis.

HDS – HOSPITAL DORIO SILVA

Av Eudes Scherrer de Souza, SN – Parque Residencial Laranjeiras – Serra – ES

CEP 29165-680 - Telefone: (27) 3218-9235

9.3 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

9.3.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.3.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.4 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a **CONTRATADA** será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DO PRAZO DE VALIDADE DOS PRODUTOS

10.1 - Os materiais deverão ser entregues com prazo de validade de 75% do prazo de validade total, a contar da data de entrega, devendo ser sempre superior a 12 meses.

10.2 - Validades inferiores às supracitadas deverão ser previamente analisadas pelo setor solicitante e só poderão ser entregues após autorização formal, desde que não haja quaisquer prejuízos a essa secretaria.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

(a) entregar os produtos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;

(b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

(c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;

(d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.

(e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.

11.2 - Compete à Contratante:

(a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

(b) definir o local para entrega dos produtos adquiridos;

(c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entregados produtos adquiridos.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

12.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

12.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

12.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item **12.2** deste edital na Lei 8.666/1993.

12.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

(a) advertência;

(b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

(c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

(d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

(e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

12.2.1 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

12.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos

Humanos - **SEGER**, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

12.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - **SEGER**, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993;

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

13.1 - Constatado que o **CONTRATADO** não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo **CONTRATADO**, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o **CONTRATANTE** informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

14 - DA RESCISÃO

14.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

15 - DOS ADITAMENTOS

15.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

16 - DOS RECURSOS

16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

17 DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

17.1 - A execução do contrato será acompanhada pela **GEAF**, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

Gestor do contrato: Maria José Sartório - Farmacêutica - SESA/GEAF - Matrícula 2708612 - mariasartorio@saude.es.gov.br - (27) 3636-8415.

Fiscal do contrato: Milena Lopes Francisco Bittencourt Rhein - Coordenadora de Núcleo Especial- SESA/GEAF/NEGEP - matrícula 3548147 - mlenabittencourt@saude.es.gov.br - (27) 3636-8412.

Os fiscais serão posteriormente designados formalmente pelos órgãos e unidades participantes nos termos do art. 15, §8º, da Lei nº 8.666/93.

18 - DO FORO

18.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Srº. JOSÉ TADEU MARINO – CPF: 558.091.977-87
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
CONTRATANTE

Srº. LUCIANO DE ALCANTARA BERGAMI – CPF: 031.539.767-59
LB COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas:

LOTE	CÓD.SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	252105	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCÍPIO/CONCENTRAÇÃO: POLIVITAMÍNICO E POLIMINERAIS COM AO MENOS 12 DOS PRINCIPAIS MICRONUTRIENTES- (VITAMINA A; VITAMINA D; VITAMINA E; VITAMINA K; VITAMINA B1; ÁCIDO FOLICO; VITAMINA B12; FERRO; ZINCO; COBRE; SELENIO E CÁLCIO) SENDO QUE 75% DESTES INGREDIENTES DEVERÃO ESTAR NA CONCENTRAÇÃO MÍNIMA EQUIVALENTE AO VALOR DE IDR (INGESTÃO DIÁRIA RECOMENDADA) PARA ADULTOS, DEFINIDA PELA RDC ANVISA Nº 269 DE 23/09/2005 ; FORMA FARMACÊUTICA: DOSE; FORMA DE APRESENTAÇÃO: DOSE; VIA ADMINISTRAÇÃO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: DOSE.	DOSE	486.000

1.1 - Os preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.

1.2 - A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido acima, importará em desclassificação do licitante.

1.3 - CLASSIFICAÇÃO COMO BENS COMUNS

1.3.1 - Caso existam divergências entre o disposto neste Edital e no sistema eletrônico quanto à descrição do objeto, deverá ser observada a redação contida neste instrumento convocatório.

2 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - São obrigações da CONTRATANTE:

2.1.1 - efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

2.1.2 - definir o local para entrega dos produtos adquiridos;

2.1.3 - designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entregados produtos adquiridos.

2.2 - São obrigações da CONTRATADA:

2.2.1 - entregar os produtos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;

2.2.2 - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

2.2.3 - manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;

2.2.4 - garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.

2.2.5 - Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

3 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

3.1 - A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Lote acima descrito.**

3.2 - A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme detalhamento do objeto.**

3.3 - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

3.4 - A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

(a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens **3.1 a 3.3;**

(b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item **3.1;**

(c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

1 - 4- DA QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS A SEREM COTADOS

4.1- Não será admitida cotação inferior à quantidade máxima prevista.

2 - 5- DETALHAMENTO DO OBJETO

5.0 QUADRO RESUMO	
5.01. Título e Objetivo Geral:	Aquisição de polivitamínicos para atendimento aos pacientes cadastrados da Linha de Cuidado ao Sobrepeso e Obesidade
5.02. Delimitação do Objeto a ser licitado:	Polivitamínicos que contenham em sua formulação 12 dos principais micronutrientes (vitamina A, D E K, B1, ácido fólico, vitamina B12, ferro, zinco, cobre, selênio e cálcio) indicados pela literatura, como sendo necessários para suplementação oral de pacientes submetidos a cirurgia bariátrica; sendo que 75% destes ingredientes deverão estar na concentração mínima equivalente ao valor de IDR (Ingestão Diária Recomendada) para adultos, definida pela RDC ANVISA nº 269 de 23/09/2005 , ou seja, conter pelo menos 75% dos 12 ingredientes, com concentração equivalente a 100% do valor de IDR, conforme as quantidades e especificações técnicas anexadas a este Termo de Referência.
5.03. Modalidade de Licitação e Base Legal:	Ata de Registro de Preços - Pregão Eletrônico, conforme Lei nº 10.520/2002.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

5.04. Estimativa de custos global:	R\$ 236.584,80*
5.05. Prazo estipulado de vigência contratual:	O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá duração de 12 (doze) meses.
5.06. Informação Orçamentária:	Programa de Trabalho: 10.303.0047.2692 Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00 Fonte: 1500100200/16000000000.
5.07. Unidade Administrativa responsável pela execução do objeto e fiscalização:	Núcleo de Armazenamento, Controle e Distribuição – NACD/GEAF

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 367/2023

1. DO OBJETO

Polivitamínicos para atendimento aos pacientes cadastrados aos usuários da Linha de Cuidado ao Sobrepeso e Obesidade por um período de 12 (doze) meses, conforme as quantidades e especificações técnicas anexadas a este Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

A Relação Estadual de Medicamentos é composta pela Relação Nacional de Medicamentos (RENAME) adaptada ao perfil epidemiológico do Estado e pela Lista Estadual Complementar (LEC).

A linha de Cuidado ao Sobrepeso e Obesidade desta Secretaria Estadual de Saúde contempla a disponibilização dos polivitamínicos aos pacientes no estado de pós cirurgia bariátrica operados em um dos três hospitais habilitados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no ES em Unidade de Assistência de Alta Complexidade ao Indivíduo portador de Obesidade Grave e que tenham realizado a cirurgia também pelo SUS (registro no Sistema de Informação Hospitalar- SIH), durante os primeiros 18 meses após a realização da cirurgia.

A abertura deste Termo de Referência é para aquisição de polivitamínicos que passam a integrar a LEC com indicações previstas nos critérios estabelecidos em *Guidelines* e elencados na Resposta à solicitação de informação Nº 04/22 do Centro Estadual de Informação de Medicamentos desta GEAF, com a finalidade de manter o tratamento necessário, sem interrupção, aos pacientes cadastrados na linha de Cuidado ao Sobrepeso e Obesidade.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

A *American Society for Metabolic and Bariatric Surgery* (2017) recomenda a suplementação de micronutrientes para todos os pacientes após cirurgia bariátrica. Pacientes que desenvolvem sintomas sugestivos de deficiência de micronutrientes ou que apresentam deficiência de micronutrientes identificados por exames laboratoriais de triagem, devem receber reposição adequada.

Nesse mesmo contexto a Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (ABESO), destaca que com a cirurgia, a ingestão de nutrientes passa a ser menor, e a absorção de alguns destes nutrientes também é modificada, seja por desvio da passagem dos alimentos por uma área de absorção do intestino e/ou por menor secreção de enzimas e sucos digestivos que auxiliam na sua digestão e absorção. Dessa forma, todo paciente submetido à Cirurgia Bariátrica terá que repor diversos nutrientes e vitaminas que o organismo passa a não absorver ou absorve parcialmente esses micronutrientes.

A aquisição de medicamentos para tratamento de pacientes cadastrados na linha de Cuidado ao Sobrepeso e Obesidade desta Secretaria Estadual de Saúde é para atendimento à ação pública ACP nº 0036331-51.2016.8.08.0024, na modalidade de licitação Registro de Preços, sendo competência do Estado à aquisição, armazenamento e distribuição desses itens.

A dispensação dos polivitamínicos para atendimento aos pacientes inseridos na linha de Cuidado ao Sobrepeso e Obesidade desta Secretaria Estadual de Saúde será realizada nos hospitais habilitados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no ES em Unidade de Assistência de Alta Complexidade ao Indivíduo portador de Obesidade Grave.

Nesse sentido, a pretendida aquisição possibilitará o tratamento necessário aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, obedecendo ao decreto 3540-R/2014, que altera dispositivos do Decreto 1790/2007, considerando a necessidade de estabelecer limites para as adesões às Atas de Registro de Preços pelos órgãos participantes, realizadas pelas entidades da administração direta, autarquias e fundações públicas pertencentes à estrutura do Poder Executivo Estadual.

Considerando ser competência do Estado à aquisição, armazenamento e distribuição desses itens, solicitamos abertura de Ata de Registro de Preços para período de (12) doze meses, nesta data.

Já em relação à justificativa para o processo licitatório em tela, dá-se pela necessidade de garantir a continuidade de tratamento aos pacientes cadastrados. **A solicitação foi feita para um período de atendimento de 12 meses considerando demanda atual com margem de segurança de acordo com o item demandado. As justificativas encontram-se discriminadas no despacho anexo.**

3. DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Segue abaixo relacionado relação total dos itens a serem adquiridos, assim como quais unidades aderiram à aquisição feita pela **SESA**.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

LOTE	DESCRIÇÃO	Unidade	CMM	QUANT. SESA MÍNIMO*	QUANT. SESA MÁXIMO	QUANT. ÓRGÃOS ADERENTES	
01	Medicamentos gerais de uso humano; princípio/concentração: polivitamínico e poliminerais com ao menos 12 dos principais micronutrientes- (vitamina a; vitamina d; vitamina e; vitamina k; vitamina b1; ácido fólico; vitamina b12; ferro; zinco; cobre; selenio e cálcio) sendo que 75% destes ingredientes deverão estar na concentração mínima equivalente ao valor de idr (ingestão diária recomendada) para adultos, definida pela rdc anvisa nº 269 de 23/09/2005 ;forma farmacêutica: dose; forma de apresentação: dose; via administração: oral; unidade de fornecimento: dose.	Dose	33.480	48.300	483.000	HDS	3.000

* Em atendimento ao princípio da economicidade expressamente previsto no art. 70 da CF/88, visando promoção de resultados esperados com o menor custo possível, verificando a qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos; em situações específicas e pontuais de óbito, abandono de tratamento, extinção da decisão judicial ou mudança de tratamento, o quantitativo mínimo poderá não ser solicitado.

4. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1 - **Atestado de Capacidade Técnica** - Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, medicamento igual ou semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador.

4.2 - **Alvará Sanitário** (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 8.077/2013 (art. 2º) e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98.

4.3 - **Autorização de Funcionamento** - da empresa licitante, expedida pela ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária e cópia da publicação no "Diário Oficial da União", conforme exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 8.077/2013 (art. 2º), Lei Federal nº. 9.782/99 (art. 7º, inciso VII) e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98.

4.4 - **Autorização Especial** - Quando se tratar de medicamento constante na relação do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial aprovadas pela Portaria nº. 344/98 de 12/05/98 da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, também deve ser apresentada a Autorização Especial da empresa licitante.

4.5 - **Certificados de Registro do medicamento**, emitido pela **ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no "Diário Oficial da União" relativamente ao registro do medicamento. Caso o prazo de validade esteja vencido ou vencendo nos próximos 06 meses deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no "DOU" acompanhado do pedido de revalidação "FP 1" e "FP 2", datado entre 12 e seis meses anteriores ao vencimento, na forma do art. 8º, §2º ao §6º do Decreto Federal nº. 8.077/2013.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

O proponente vencedor deverá encaminhar junto com todos os documentos habilitatórios, para análise e parecer técnico do Órgão Requisitante, cópias visíveis ou originais dos manuais, catálogos e instruções que permitam uma perfeita identificação do produto ofertado, descrito em língua portuguesa e em consonância com todas as exigências editalícias (quando houver).

5. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Fica determinado que o responsável pela fiscalização é o servidor **Milena Lopes Francisco Bittencourt Rhein** e a gestora do contrato é a servidora **Maria José Sartório**, pela **SESA**. Os fiscais serão posteriormente designados formalmente pelos órgãos e unidades participantes nos termos do art. 15, §8º, da Lei nº 8.666/93.

5.2. A aceitação dos medicamentos será certificada pelo serviço de Farmácia ou servidor designado, mediante atesto na nota fiscal, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

5.3. A fiscalização exercida pelo Estado não exime em nada a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto de contrato ou instrumento equivalente.

5.4. O fiscal deve prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Estado.

5.5. O fiscal deve notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

5.6. Os produtos não serão recebidos se o prazo de validade contado da data de entrega for inferior a 12 (doze) meses.

5.7. As embalagens e unidades constantes na especificação do produto na Autorização de Funcionamento deverão ser rigorosamente observadas, assim como a marca vencedora, sob pena de devolução do produto.

5.8. Os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão ser entregues acompanhados de laudo de análise de qualidade, lote a lote, emitidos pelo laboratório produtor.

6. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

Como se trata de entrega em parcelas, a fatura deverá ser apresentada nos locais de entrega descritos no item 7 deste Termo de Referência, após a entrega de cada item adquirido, juntamente com os comprovantes de regularidade fiscal da contratada.

7. DOS PRAZOS DE ENTREGA, VALIDADE E GARANTIA

7.1. PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

7.1.1. DO PRAZO DE ENTREGA

A entrega dos itens deverá ser feita no **prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos** após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

7.1.2. DOS LOCAIS DE ENTREGA

SESA - Almoxarifado Estadual de Medicamentos

Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 205 – Bento Ferreira – Vitória – ES



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

CEP: 29.125-625 – Telefones: (27) 3636-8420 / 3636-8422.

HDS – HOSPITAL DORIO SILVA

Av Eudes Scherrer de Souza, SN – Parque Residencial Laranjeiras – Serra – ES

CEP 29165-680 - Telefone: (27) 3218-9235

7.1.3. DO PRAZO DE VALIDADE

Todos os medicamentos fornecidos deverão possuir validade igual ou superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega dos produtos.

7.1.4. DO PRAZO DE GARANTIA

Não se aplica

7.1.5. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO OU INSTRUMENTO SIMILAR

O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá duração de 12 (doze) meses.

8. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES QUANDO REGISTRO DE PREÇOS

Conforme item 3 deste Termo de Referência.

9. CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE AMOSTRA, QUANDO SOLICITADA

Não se aplica.

10. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE FORNECIMENTO

10.1. Os produtos não serão recebidos se o prazo de validade contado da data de entrega for inferior a 12 (doze) meses.

10.2. As embalagens e unidades constantes na especificação do produto na Autorização de Funcionamento deverão ser rigorosamente observadas, assim como a marca vencedora, sob pena de devolução do produto.

10.3. Os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão ser entregues acompanhados de laudo de análise de qualidade, lote a lote, emitidos pelo laboratório produtor.

10.4. Os medicamentos devem ser entregues no Almoxarifado Estadual na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificado, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela **ANVISA**, acompanhados da documentação fiscal, em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número do lote do medicamento recebido deve constar na rotulagem, e na nota fiscal, especificados o número de lotes por quantidade de medicamento entregue



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

10.5. O transporte dos medicamentos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade dos mesmos. Os medicamentos somente serão recebidos por transportadora autorizada. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados em caixas térmicas (isopor ou equivalente) com controle de temperatura.

10.6. Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem constar nos rótulos e nas bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

10.7. As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

10.8. De acordo com a Portaria n. 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações devem apresentar, em suas embalagens, a expressão: "**PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO**".

ELABORADO:

Andreia Poliana Barbosa Rocha

Farmacêutica – NEGEP/GEAF/SESA

Matrícula: 4220048

Milena Lopes Francisco Bittencourt Rhein

Coordenadora de Núcleo Especial– SESA/GEAF/NEGEP

Matrícula: 3548147

APROVADO:

Maria José Sartório

Gerente Estadual de Assistência Farmacêutica GEAF/SESA

Matrícula: 2708612

Milena Lopes Francisco Bittencourt Rhein

Coordenadora de Núcleo Especial– SESA/GEAF/NEGEP

Matrícula: 3548147



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1198/2023

ANEXO – A

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços 1198/2023**, celebrada entre a **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE** e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão Nº 558/2023**.

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
1	252105	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCÍPIO/CONCENTRAÇÃO1: POLIVITAMÍNICO E POLIMINERAIS COM AO MENOS 12 DOS PRINCIPAIS MICRONUTRIENTES- (VITAMINA A;VITAMINA D;VITAMINA E;VITAMINA K; VITAMINA B1; ACIDO FOLICO;VITAMINA B12;FERRO;ZINCO;COBRE;SELENIO E CALCIO) SENDO QUE 75% DESTES INGREDIENTES DEVERAO ESTAR NA CONCENTRAÇÃO MINIMA EQUIVALENTE AO VALOR DE IDR (INGESTÃO DIÁRIA RECOMENDADA) PARA ADULTOS, DEFINIDA PELA RDC ANVISA Nº 269 DE 23/09/2005 ;FORMA FARMACEUTICA: DOSE; FORMA DE APRESENTAÇÃO: DOSE; VIA ADMINISTRAÇÃO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: DOSE. MARCA: ABC INTENSIVE. FABRICANTE: NATURAL WEATHER. DETENTOR DO REGISTRO: SIM PHARMA NUTRACÊUTICOS LTDA.	DOSE	486.000	0,4868	236.584,80

VALOR TOTAL.....R\$ 236.584,80

REPRESENTANTE: LB COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA - inscrita no (CNPJ: **39.347.074/0001-34**), com sede na Avenida Henrique Moscoso – nº 717 - Loja 16 - Centro De Vila Velha Edifício: Vila Velha Center – Es - Cep: 29.100-021, por intermédio de seu representante legal o **Srº. LUCIANO DE ALCANTARA BERGAMI**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no **CPF: 031.539.767-59** e identidade **RG: 1.042.141** expedida pela SSP/ES - E-MAIL: **lucianoabergami@gmail.com** – Telefone: **55 (27) 99952-9533**.

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JOSÉ TADEU MARINO
SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01
SSAS - SESA - GOVES
assinado em 09/10/2023 18:12:49 -03:00

LUCIANO DE ALCANTARA BERGAMI
CIDADÃO
assinado em 10/10/2023 14:32:42 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 11/10/2023 11:15:41 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LUCIANA DAMAS DE OLIVEIRA (AGENTE DE SERVICO II QC-06 - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-SM8HP6>

Vitória (ES), quarta-feira, 11 de Outubro de 2023.

SUBSTANCIA: 10MCG DE AMPICILINA

Valor global do lote: R\$ 114,50

Lote 08

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 30MCG DE CEFOTITINA

Valor global do lote: R\$ 123,28

Lote 010

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 30MCG DE CEFTRIAXONA

Valor global do lote: R\$125,39

Lote 013

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 30MCG DE CLORANFENICOL

Valor global do lote: R\$ 123,90

Lote 014

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 15MCG DE ERITROMICINA

Valor global do lote: R\$ 123,98

Lote 019

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 5MCG DE LEVOFLOXACIN

Valor global do lote: R\$ 125,00

Lote 023

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 1MCG DE OXACILINA

Valor global do lote: R\$ 117,38

Lote 026

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 300MCG DE POLIMIXINA B

Valor global do lote: R\$ 179,99

Lote 028

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 30MCG DE TEICOPLAMINA µG

Valor global do lote: R\$ 125,90

Lote 032

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 30MCG DE VANCOMICINA µG

Valor global do lote: R\$ 142,00

ARP Nº 050/2023

EMPRESA: **ES PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ: 32.485.469/0001-54

Lote 02

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 30MCG DE AMICACINA

Valor global do lote: R\$ 126,10

Lote 04

OBJETO:DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 10MCG DE AMPICILINA + 10MCG DE

SULBACTAM

Valor global do lote: R\$124,30

Lote 06

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 30MCG DE CEFALOTINA

Valor global do lote: R\$ 111,60

Lote 07

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 30MCG DE CEFEPIME

Valor global do lote: R\$ 121,40

Lote 09

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 30MCG DE CEFTAZIDIMA

Valor global do lote: R\$ 120,80

Lote 011

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 5MCG DE CIPROFLOXACIN

Valor global do lote: R\$ 126,90

Lote 012

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/

SUBSTANCIA: 2MCG DE CLINDAMICINA

Valor global do lote: R\$ 132,00

Lote 015

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 10MCG DE ERTAPENEM

Valor global do lote: R\$ 128,80

Lote 016

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 10MCG DE GENTAMICINA

Valor global do lote: R\$ 127,00

Lote 018

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 10MCG DE IMIPINEM µG

Valor global do lote: R\$ 186,00

Lote 020

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 10MCG DE MEROPENEM µG

Valor global do lote: R\$ 125,80

Lote 021

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 300 MCG DE NITROFURANTOINA

Valor global do lote: R\$ 127,50

Lote 022

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 10MCG DE NORFLOXACINA µG

Valor global do lote: R\$ 139,90

Lote 024

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 10MCG PENICILINA µG

Valor global do lote: R\$ 113,90

Lote 025

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 100MCG DE PIPERACILINA+ 10MCG

DE TAZOBACTAM

Valor global do lote: R\$ 118,20

Lote 027

OBJETO:DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 23,75MCG DE SULFAMETOXAZOL +

1,25MCG DE TRIMETROPIM

Valor global do lote: R\$ 133,30

Lote 029

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 30MCG DE TETRACICLINA µG

Valor global do lote: R\$ 117,90

Lote 031

OBJETO: DISCO ANTIBIOGRAMA; CONCENTRACAO/
SUBSTANCIA: 10MCG DE TOBRAMICINA

Valor global do lote: R\$ 117,90

VIGÊNCIA: 12/10/2023 A 11/10/2024

A íntegra da ata de Registro de Preços, com a
discriminação dos valores unitários, está disponível
para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.Responsável pela assinatura: MÁRCIA CRAVO
MACHADO

Cargo: Diretora Geral - UIJM

Protocolo 1185183

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 1198/2023

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA
SAÚDE - SESA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2023-XDCFL

EMPRESA: LB COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE
PRODUTOS HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 39.347.074/0001-34

EDITAL: Pregão nº 558/2023

LOTE: 1

OBJETO: POLIVITAMINICO E POLIMINERAIS COM
AO MENOS 12 DOS PRINCIPAIS MICRONUTRIENTES-

(VITAMINA A; VITAMINA D; VITAMINA E; VITAMINA K; VITAMINA B1; ACIDO FOLICO; VITAMINA B12; FERRO; ZINCO; COBRE; SELENIO E CALCIO)

VALOR GLOBAL DO LOTE:**VIGÊNCIA:** 12/10/2023 a 11/10/2024

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

JOSÉ TADEU MARINO

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 1185262**Hospitais****AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico **059/2023**

Órgão/Entidade: Hospital Estadual São José do Calçado

Processo: 2023-LDFP1

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada de Serviço de Exames de Tomografias Computadorizadas

Valor Estimado: R\$ 291.137,50

Acolhimento das propostas: 08h do dia 11/10/2023
Abertura das Propostas: 08h55min do dia 25/10/2023.

Abertura Sessão Pública: 09h do dia 25/10/2023

O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.brOs interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema **SIGA** conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.Contato: hsjc.compras@saude.es.gov.br

TEL/Fax: (28) 3556-1835

Maria da Conceição Gomes Felix

Pregoeira/HESJC

São José do Calçado, 09/10/2023.

Protocolo 1183561**AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico **060/2023**

Órgão/Entidade: Hospital Estadual São José do Calçado

Processo: 2022-SD0XH

Objeto: Contratação Empresa Especializada de Locação de Serviços Profissionais de Máquinas e Equipamentos

Valor Estimado: R\$ 127.200,00

Acolhimento das propostas: 13h do dia 11/10/2023
Abertura das Propostas: 13h55min do dia 25/10/2023.

Abertura Sessão Pública: 14h do dia 25/10/2023

O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.brOs interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema **SIGA** conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.Contato: hsjc.compras@saude.es.gov.br

TEL/Fax: (28) 3556-1835

Maria da Conceição Gomes Felix

Pregoeira/HESJC

São José do Calçado, 09/10/2023.

Protocolo 1183569**AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico N° **033/2023**

Órgão: Hospital Estadual de Atenção Clínica - HEAC

Processo: **2023-3WN6V**Objeto: **AQUISIÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO.**Valor Estimado R\$ **4.000,00**Início de acolhimento das propostas: às **12:00** horas dia **11/10/2023.**Limite de acolhimento de propostas: às **13:00** horas do dia **25/10/2023.**Abertura da sessão pública dia **25/10/2023** às **14:00** horas.

O certame será realizado por meio do sistema SIGA, estando o edital disponível Site: www.compras.es.gov.br Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA. heac.compras@saude.es.gov.br (27) 3636-2832

Paulo Sérgio de S. Dutra

Pregoeiro/HEAC

Protocolo 1184565**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

Pregão eletrônico N° 046/2023

Órgão/Entidade: HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO/HESJC

Processo: 2023-6DGGZ

Objeto: registro de preços de material elétrico e eletrônico (relógio de parede digital)

Lote 01 - Total R\$ 11.248,90

Empresa: S.P.M. PEREIRA EIRELI

Lote 02 - Fracassado

O(s) referido(s) lote(s) foi devidamente homologado(s) pela Autoridade competente em 05.10.2023.

Contato:

hsjc.pregao@saude.es.gov.br

Telefone: (28)

3556-2828

Maria da Conceição Gomes Félix

Pregoeira /HESJC

São José do Calçado, 10.10.2023

Protocolo 1184678**RESULTADO DE LICITAÇÃO****PREGÃO N° 0159-2023**

O Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória - HINSO, torna público Resultado Final de Pregão Eletrônico, como segue:

Processo: n.º 2023-VQCGT**Objeto:** Aquisição de Sonda Uretral Neonatal e outros.**Lote 01** - CRUZ DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Valor total de R\$ 5.565,00

Lote 02 - MONACO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor total de R\$ 29.713,50

Lote 03 - CRUZ DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Valor total de R\$ 23.836,00

Lote 04 - CRUZ DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Valor total de R\$ 11.040,00

Lote 05 - MONACO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor total de R\$ 68.274,20

Lote 06 - CRUZ DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Valor total de R\$ 28.864,00

Lote 07 - CRUZ DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Valor total de R\$ 2.999,70



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 11/10/2023 11:22:54 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LUCIANA DAMAS DE OLIVEIRA (AGENTE DE SERVICO II QC-06 - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-QKKZ89>